

Renato de Mello Jorge Silveira  
Eduardo Saad-Diniz



Editora D'Plácido  
Rua...  
Cidade...

REPATRIAÇÃO E CRIME  
Aspectos do binômio crise econômica e direito penal

1ª edição

160 páginas

R\$ 25,00

ISBN 978-85-321-1111-1

# REPATRIAÇÃO E CRIME

Aspectos do binômio crise econômica e direito penal



Copyright © 2017, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2017, Renato de Mello Jorge Silveira.  
Copyright © 2017, Eduardo Saad-Diniz.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Letícia Robini de Souza*

**Diagramação**  
*Christiane Morais de Oliveira*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização  
prévia do Grupo D'Plácido.

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Ficha catalográfica**

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo  
Repatriação e crime: aspectos do binômio crise econômica e direito penal  
-- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

Bibliografia.  
ISBN: 978-85-8425-619-8

1. Direito. 2. Direito penal I. Título.

CDU343

CDD341.5

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



1108732

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
-------------------	----

## **PRIMEIRA PARTE**

---

### **CRISE ECONÔMICA E REFLEXOS PENAIS:**

LEIS PENAIS EM BRANCO, COMPLIANCE FISCAL E REGULARIZAÇÃO DE ATIVOS.....	17
Introdução.....	17
1. Uma necessária neo-percepção de Direito Penal Econômico.....	20
1.1. Momentos de crise e a aparente expansão do fenômeno de imputação.....	28
1.2. Perspectivas penais econômicas: Direito Penal Econômico em sentido lato e em sentido estrito.....	37
1.3. A conflituosa questão do bem jurídico tutelado.....	45
2. Efeitos expansivos penais econômicos: diferentes chaves de leitura.....	52
2.1. Direito Penal supraindividual: criação de tipos penais.....	53
2.2. Influências econômicas do Direito Penal e novos institutos.....	56
2.3. Direito Penal e crise: leitura ampliativa e arrecadatória.....	64
3. Crise, Direito Penal e a vinculação a leis penais incompletas.....	81
3.1. A lógica das normas penais em branco.....	90

3.2. Acessoriedade administrativa e normas penais em branco.....	97
3.3. A superação da divisão estática das instâncias penal e administrativa.....	111
3.4. O novo foco do problema: as previsões legais brasileiras sobre regularização de ativos.....	117
3.4.1. Aspectos da previsão normativa.....	119
3.4.2. Acessoriedade e erro.....	124
4. Primeiras conclusões.....	130
Bibliografia.....	132

## **SEGUNDA PARTE**

---

### **REPATRIAÇÃO E ANISTIA:**

CONSIDERAÇÕES CRIMINAIS SOBRE A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES (DISCLOSURE) EM ÂMBITO DE TAX COMPLIANCE.....	151
Introdução.....	151
1. A particular situação do FATCA e a regularização de valores.....	155
1.1. OCDE, BEPS e FATCA: novas fontes penais.....	157
1.2. A questão da criminalização da evasão de divisas.....	165
1.3. A premissa fundamental da acessoriedade administrativa.....	169
1.4. A proposta de regularização de valores e a necessidade da veracidade das informações.....	172
1.4.1. A Lei nº 13.254/2016 e a Lei nº 13.428/2017.....	172
1.4.2. A ideia de verdade da <i>voluntary disclosure</i> e os limites da investigação criminal.....	178
1.4.3. O risco penal dos declarantes.....	182
2. A ideia de informação no Direito Penal.....	188
2.1. Noções tradicionais.....	189
2.2. Uma vez mais, a administrativização do Direito Penal e a obrigatória vinculação à acessoriedade administrativa.....	190

2.3. As noções de <i>voluntary disclosure</i> e um novo começo: o referencial de garantia.....	194
2.3.1. Princípio de veracidade.....	198
2.3.2. Princípio de lealdade.....	201
2.3.3. Princípio de confiança.....	202
3. Novas percepções da informação como elementar penal.....	207
3.1. Exemplos clássicos na legislação especial.....	208
3.1.1. As informações na Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e na tutela da Ordem Tributária.....	209
3.1.2. As informações e o Mercado de Valores.....	209
3.2. Um modelo falho: a MP 685/2015.....	213
3.3. RERCT e os mercados paralelos: a questão <i>bitcoin</i> .....	215
3.4. A institucionalização das obrigações tributárias e os deveres positivos: o entendimento de Jakobs e Roxin.....	227
3.5. A transação das informações entre o privado e o público: a natureza da extinção de punibilidade.....	232
4. O referencial de falha sistêmica e outra justificativa de mudanças: o caso <i>Swissleaks</i> .....	240
4.1. O caso <i>Swissleaks</i> .....	240
4.2. O questionamento da validade das informações e o ambiente do escândalo.....	244
4.3. As possibilidades e impossibilidades de imputação penal ao denunciante: a similitude entre o <i>whistleblower</i> e o <i>voluntary discloser</i> .....	254
5. Conclusões.....	257
Bibliografia.....	259

## TERCEIRA PARTE

---

### REPATRIAÇÃO E REGULAÇÃO PENAL ECONÔMICA:

OS NOVOS PARÂMETROS DE CONTROLE.....	277
--------------------------------------	-----

Introdução.....	277
1. A conceituação dos diálogos dos novos parâmetros.....	278
2. Tributação, controle e prevenção.....	282
3. Repercussões na política criminal econômica.....	290
3.1. Interação funcional entre política- criminal e política-fiscal.....	293
3.2. A estrutura normativa da Lei nº 13.254/2016.....	298
3.3. A voluntariedade da declaração: a “verdade construída”.....	304
4. Sigilo e os centros <i>offshore</i> .....	312
5. O problema penal no RERCT 2.....	320
5.1. Lavagem de dinheiro.....	321
5.2. Evasão de divisas.....	325
5.3. Questões de <i>compliance</i> .....	327
5.4. A especificidade dos programas de <i>tax compliance</i> e o FATCA.....	330
Bibliografia.....	333